

Homenagem a Helena Besserman Viana

Mario Pablo Fuks

Em 24 de Outubro de 1997 realizou-se no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo uma mesa redonda sobre "Ética e Instituição psicanalítica", relacionada com o lançamento do livro *Não conte a ninguém*, de Helena Besserman Viana. Participaram da mesa a autora, Durval Mazzei Filho, Inés Etienne Romeu, Cecília Coimbra e a autor desta comunicação que se reproduz, sem modificações, a partir da gravação.

Todos que acompanhamos a fala da Helena seguramente fomos levados a mudar algo do que preparamos. Quando aqui, meu companheiro que falou antes, mencionou a introdução de René Major ao livro, eu me lembrei de uma coisa que me impactou porque me senti próximo da vivência. René Major diz, em sua introdução ao livro de H.B.V., que gostaria de que os fatos relatados nunca tivessem existido, e que esse livro também não tivesse tido motivo para ser publicado. Preferiríamos que fosse um filme, que fosse algum relato desses policiaescos com uma dimensão, talvez, psicanalítica, inclusive desses que nos entretêm ao mesmo tempo que nos aproximam de certa realidade, mas em que sabemos que nada aconteceu de fato.

Esse pensamento de não querer que isso tivesse acontecido, não querer ler mais sobre isso, tive em vários momentos diante das atrocidades que aparecem no livro e nessa forma seca e precisa e documentada em que Helena faz esse trabalho de reconstituição da verdade.

Nesse sentido eu diria, como referências, filmes que me vieram a cabeça, talvez como uma forma de suavizar e introduzir algo de uma dimensão da imagem para eu poder me aproximar melhor dessa realidade que era descrita. Lembrei-me de dois filmes que, para mim, são extraordinários: e o caso de "Uma cidade sem passado", onde uma estudante de história, alemã, reconstrói, passo a passo e sem retroceder, tudo o que aconteceu de horroroso na história nazista dessa cidade, apesar de todos os elogios e os monumentos que as autoridades atuais queiram fazer para ela, como forma de aplaca-la para depois esquecê-la ou anulá-la, como querem elogiar e fazer monumentos para Helena. São histórias que tem muito a ver. Tem também um filme que conta a história da morte de Pasolini. Não sei se chegaram a vê-lo. A morte de Pasolini é relatada por um cineasta que vai reconstruindo documentos e dados, tendo entrevistas com outros, leva um legista, um legista de confiança, um legista ideologicamente próximo para o lugar dos fatos. Se dizia que Pasolini foi morto por um homossexual, em função de uma situação violenta na experiência homossexual do próprio Pasolini. Como todo mundo sabia que ele era homossexual, aí acabava a história. Este

legista reconstrói, passo por passo, assinalando as marcas, o desenrolar dos fatos e demonstra que Passolini foi morto por um grupo constituído previamente, que pôde matá-lo porque toda a sociedade italiana estava funcionando de uma tal maneira, que dava o aval para que esse grupo o mate. É um filme muito impressionante, vale a pena ver e, a mim, me lembrou como Helena vai reconstruindo passo a passo, implacavelmente, e sem arredar o pé, todas as marcas da história que viveu para que seja uma história viva e não uma história morta.

Aí me lembrei dessa exigência que era vivida como louca, das Mães da Praça de Maio, quando diziam: os queremos vivos. Precisamente para que nenhum documento, nenhum carimbo, acabasse com essa história, para que a história se abra e se torne viva e questione toda a sociedade argentina.

Falemos um pouco sobre terrorismo de estado. Algumas destas idéias estão muito claramente trabalhadas por Vicente Galli, em um texto que se chama: O Trabalho Clínico e Terrorismo de Estado, que foi publicado pela revista Percurso, número 7. Em um dos pontos ele lembra como o terrorismo de Estado foi definido pelos advogados que trabalharam nos processos aos militares na Argentina, como o exercício criminal do poder por meio da repressão clandestina e à margem de toda a norma jurídica.

E aí aparece a idéia de que os efeitos brutais que se trata de produzir nas vítimas vão além, por exemplo no caso da tortura, de extração de informação. O que se tende a produzir é um efeito multiplicador sobre a totalidade do tecido social.

Os ditadores transcendem assim os métodos habituais e legalizados de controle social buscando uma amputação dos elementos constitutivos dos conflitos sociais como uma maneira concreta de operar a recusa ou a existência dos mesmos. A recusa e o repúdio da existência dos mesmos. Com recusa estou usando um conceito psicanalítico que explica como, diante de uma realidade que pode afetar nossos alicerces mais íntimos, narcisistas, uma operação psicótica ou perversa consiste em dar por não existente, como algo que nem chegou a ser percebido.

Então, existe a possibilidade de que no movimento de dizer "gostaria que isto não tivesse existido" consigamos, a pesar de tudo, aproximar-nos disso que algo de nós tende a rejeitar, tende a não querer saber, a bloquear o conhecimento e o sentido da realidade. Enquanto operação de denegação, contribui a obter certa independência do pensamento com relação à reação afetiva frente ao traumático, e dessa maneira poder pensar, falar, lembrar e elaborar. Mas isto é justamente o que as ditaduras, usando do terrorismo de estado, procuram impedir.

Procuram fazer desaparecer até os traços mnêmicos de vidas, de idéias, de ideais e de instituições, que são inadmissíveis para os hábitos do poder. Procuram vivências que não se possam compartilhar, que não sejam possíveis de falar. Os torturados, as vítimas diretas,

sabem disso perfeitamente e o processo de começar a falar é sumamente complexo, difícil, doloroso, mas fundamental.

Controlando pelo pânico, a tortura opera como uma máquina que segrega silêncio. Violência e silêncio devem ser operadas conjuntamente, por isso se deve violentar e se deve dar a ordem de não falar, não contar a ninguém.

Simultaneamente o discurso de poder se organiza com características de racionalidade e de recusa, prescreve normas e enunciados imperativos; ame o país ou deixo-o, foi uma coisa que menciona Helena no livro; formula veredictos sem espaços para aceitar ou discutir, racionaliza, oculta informações, mente, escamoteia os temas de fundo tratando-os como elementos secundários, como elementos secundários banais e acessórios, repetindo fórmulas simplificadoras e palavras de ordem estereotipadas.

Se autodesignam como custódios da segurança nacional, que deve ser defendida de diversas ameaças, imagem de ordem sem falha e sem nenhuma insegurança, se apóiam na tradição dos próceres mortos, nas noções de entidade nacional idealizada e já conseguida da qual eles seriam os continuadores, os herdeiros e os resgatadores. Esse é o discurso oficial do poder que trata de impor a todo mundo para que no caso de se fale, ao menos que se fale só disso.

Poder pensar e falar dessa realidade social e da relação com o poder que a impõe, poder superar a vivência do indizível, poder transmitir e interlocuir, poder denunciar esperando a fala aberta dos que em algum lugar podem ouvir e por sua vez falar e denunciar mais abertamente em outro lugar, em outro país, com as armas da denúncia abertas e públicas, abre a possibilidade de combater esse poder e de parar sua mão e de começar a curar-se dessa doença da dominação tirânica e terrorista.

A recente história, rememorada no evento dos 20 anos do Sedes, nos mostra como nesse lugar foi conseguido, em algum aspecto e de grande valor e em grau crescente pelo trabalho da madre Cristina, como fator fundamental, que as pessoas pudessem se reunir, falar, de início clandestinamente, para acabar a repressão, para poder começar a organizar a luta em defesa das vítimas do poder político. Essa fala foi sendo cada vez mais ampla, mais aberta, culminando nesse momento impressionante num palanque na Praça da Sé, quando dirigindo-se a dezenas de milhares de pessoas diz "Fala Brasil. Fala pelo voto. Fala para identificar os culpados de toda essa opressão que vivemos. Fala para exigir sua condenação imediata. Fala! Fala! Fala!"

É muito impressionante ver o filme, muitas pessoas que estiveram onde ela diz: Fala! então, aproximando-nos da questão que toca à psicanálise, vamos ver que a psicanálise, - não digo a psicanálise, temos um vício de dizer a psicanálise - eu diria os psicanalistas e organizações de psicanalistas fizeram em relação com o falar, temos exemplos extraordinários. A Helena Besserman Viana nos enche de orgulho quando conta essas coisas. Mary Langer foi a pessoa que conseguiu e teve a força para criar esse instrumento

que fez a denúncia falar em muitos momentos e dar toda uma outra série de combates, que talvez depois poderíamos discutir. E não foram as únicas. Também Hanna Segal, faz alguns anos, num congresso psicanalítico, escreveu um artigo que se chama "O silêncio e o crime verdadeiro", em que ela diz como os analistas não assumem a responsabilidade social de se colocar, de colocar o que sabem e o que podem dizer para de alguma maneira fazer algo para impedir esse perigo brutal do holocausto nuclear que estava se abrindo sobre o mundo. E acrescenta: não repetamos com a omissão que fizemos quando os analistas que viviam fora da Alemanha que podiam falar e calaram sobre o holocausto que estava acontecendo dentro da Alemanha. O silêncio também pode ser um crime. Nesse sentido, existe toda uma história junto com essas histórias que foram contadas por Helena, a respeito das organizações psicanalíticas, de formação de grupos de analistas que lutaram contra a omissão e contra o silêncio, ao mesmo tempo tentando denunciar, tentando mobilizar nem sempre conseguindo, efetivamente, como Helena percebe; há omissões ainda hoje, que fazem que as coisas que se quer contar acabem não se contando porque as pessoas não as querem ouvir.

Eu vejo que aí têm diversos aspectos da questão ética, como colocou o companheiro que me antecedeu, que a gente poderia considerar. Eu penso que o eixo deve passar por enquanto pela questão do falar ou não falar. Por que em Londres, em 1993, um alto diretor da IPA, frente ao relato dos fatos de que existe um candidato em formação, no Instituto da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, que foi membro das equipes de tortura da ditadura, que seu analista didata não só não interrompeu sua análise, não o desligou da instituição, poderia ter mecanismos regulamentares desses que usam tanto, existe parece, um artigo 33 que diz, "quando se cometem atos.." ...

Helena (interrompendo): Usou contra mim, porque eu tinha denunciado.

Mário: Foi usado contra você?! Desligado por motivos éticos. Usaram contra ela, não usaram contra Amílcar Lobo. O analista não só não interrompeu a análise, não só não o desligou da Instituição da qual era presidente, podendo fazê-lo através desses mecanismos, mas que também o que fez foi mentir para o representante da IPA que vinha investigar os fatos, encobrindo a verdade das atividades desse seu paciente. Fato que também demonstra que graças à omissão de uma indagação mais apurada por parte deste representante que ocupava na IPA a máxima hierarquia, Cabernite se encontrou livre e sem limitações para montar uma caçada de corte policial para identificar a denunciante e para pôr em marcha um dispositivo truculento de perseguição, que reproduz e continua um modo de operar da ditadura, em cima desses opositores. E, igual à ditadura, monta o mesmo tipo de discurso encobridor, mentiroso, racionalizador que temos descrito, só que em vez de ser em nome da

segurança nacional se faz em nome da segurança institucional, para defender já não a pátria mas a psicanálise daqueles obscuros e diversos inimigos que querem destruí-la.

Voltando então a pergunta: por que esse dicionário... dignitário a quem estes fatos são relatados, em vez de assumir plenamente, - eu faço valer o lapso, : um dicionário -, em vez de assumir plenamente sua responsabilidade social e institucional e psicanalítica de começar a limpar a casa, como foi possível que ele diga a Helena "não conte para ninguém". Nessa situação a frase tinha todo sentido de "não me comprometa". "não conte para ninguém", "muitas pessoas sabem que falou comigo disto?".

É o contrário da posição assumida por Mary Langer junto a Armando Balleo no livro "Cuestionamos II" em 1983. Mary Langer diz "temos enviado a denúncia a diversas sociedades psicanalíticas, esperamos que sejam tomadas as medidas correspondentes" e, acrescenta: "que mais pode se dizer frente a esta denúncia? O que sentir senão horror e indignação?"

Só que Mary Langer diz algo mais, e isso não está no livro de Helena, mas no restante do artigo do livro *Cuestionamos II*: "No primeiro tomo de *Cuestionamos* descrevemos a situação reinante em Viena em 1935, quando em prol da sobrevivência da sociedade psicanalítica se proibiu aos analistas atender a militantes, aos didatas em especial, analisar candidatos com atividades políticas". Ela descreve tudo isso em *Questionamos* em um artigo que se chama *Psicanálise e/ou Revolução*, porque o que assim o tinha colocado para eles: "ou você faz revolução ou você se dedica à psicanálise". Marxismo - que era a posição da Mary Langer até o fim da vida - e psicanálise não podem ir juntos, ou escolhe por um ou escolhe por outro. E justamente o que em *Questionamos* diz Mary Langer é: já não faço essa opção. Escolho os dois. Por isso vou embora daqui. Junto com um monte de analistas, entre os quais, me incluo.

Foi assim que saí da IPA, aderindo a todos que estavam fazendo parte dos grupos Plataforma e Documento. Começamos a trabalhar em outras coisas muito importantes no campo da saúde mental, da formação analítica, da política na Argentina, na política das instituições, em todos os aspectos. Em determinado momento, ameaças, bombas, seqüestros, obrigaram a que a gente tivesse de sair dali e vir para o Brasil. É o meu caso.

Então, quando ela diz que passou por essa experiência quando em Viena desligaram os analistas militantes, ou proibiram os analistas de tratar de militantes, diz: este fato encontra sua contrapartida no Rio de Janeiro de 1973. "Neste caso, há evidentemente a mediação de um didata que não sabe como interromper a formação de um candidato torturador sem atrair sobre si mesmo e sobre a instituição as eventuais represálias desse sujeito, manifestamente perverso que ocupa uma posição de poder."

"Esta situação limite, diz ela (Mary Langer), torna patente em toda sua crueza a relação de extrema cumplicidade que pode chegar a estabelecer-se entre o freudismo institucionalizado e o sistema imperante."

"Sem nenhuma dúvida a sobrevivência institucional pode implicar um altíssimo preço". Só que ela não se refere só a Alemanha, a Viena, ao que pode estar acontecendo nesse momento em Buenos Aires, no Rio de Janeiro mas o que acontece em todos os lugares do mundo: algo na estrutura da psicanálise institucionalizada, particularmente nas chamadas instituições oficiais, favorecem esta possibilidade de cumplicidade com o sistema estabelecido. O preço que vimos da sobrevivência institucional no Rio de Janeiro foi estabelecer uma doutrina de segurança institucional acompanhada da quantidade de atos institucionais e ações institucionais necessária para fazer ela vingar.

Helena Viana vê nesta configuração do instituição do Rio, encabeçada pelo presidente Cabernite, o símbolo da repetição inconsciente, traumática, inelaborável que leva inexoravelmente a atuação daquilo que começou com aquele *Engleichung*, com aquele reordenamento ideológico e doutrinário para coerentizá-lo com a ideologia nazi que se operou na Sociedade Psicanalítica de Berlim, da qual Werner Kemfper foi um dos principais dirigentes. Werner Kemper... Bom, essa é toda história de um analisando e o outro, etc. A reconstituição rigorosa da história, a interpretação dos dados é altamente plausível e a teoria das três gerações que é utilizada aí como referência, uma que comete o erro; outra que o silencia e outra que o atua, é muito rica conceptual e clinicamente. Temos estado trabalhando nesse tipo de perspectiva no campo da psicopatologia e da clínica da psicose, tem trabalhos muito interessantes nesse sentido, para ver como se gera um psicótico.

E muitas das experiências que são trabalhadas na Europa, também em Israel em relação com psicóticos que aparecem na terceira geração tem a ver com as experiências dos avós durante a Segunda Guerra Mundial.

É inegável a contribuição que significa a história das instituições psicanalíticas ditas oficiais no Brasil. Demonstra claramente o caráter autoritário, antidemocrático, ditatorial, personalista, narcisista e onipotente das altas hierarquias que dirigiram, a seu bel-prazer, sem limitações institucionais internas nem externas - IPA - o pensamento reacionário, macarthista e provavelmente racista que animava também alguns desses membros.

É difícil pensar que a cumplicidade só se deva a que não souberam como desvencilhar-se de Lobo por medo de represálias, sendo que souberam fazer muito bem, tantas outras coisas.

Creio que para muitos deve ter havido cumplicidade por sua omissão mas para outros houve cumplicidade por adesão. As ditaduras existem e persistem porque têm pessoas, grupos e classes às quais essas ditaduras interessam.

Esta importância dos interesses de poder e os determinismos do lugar social que se ocupa expressados ou encobertos através de ideologias não foi o elemento menor que impulsionou a Mary Langer e inúmeros analistas de dentro e de fora das instituições ditas oficiais, não só da Argentina mas do mundo inteiro, a questionar não só o apoliticismo e a alergia a respeito das questões sociais que em nome de uma suposta e mistificadora

neutralidade científica e valorativa se impusesse como a estrutura inteira das sociedades psicanalíticas dependentes da IPA. Tanto sua estrutura hierárquica, seu sistema formativo montado no didático, sua rigidez normativa, a fronteira igualmente rígida estabelecida entre o intra e extra-institucional, a dogmatização das teorias, a ritualização das práticas, a reivindicação do monopólio da herança de Freud a psicanálise. Tudo isto fazendo um todo articulado fez que muitos de nós repensássemos nossa pertinência a estas instituições. Abandonamos APA e tentamos construir, no caso da Argentina, começar a construir outros espaços onde o político seja possível e as relações entre analistas sejam outras e algo disso é o que eu tenho encontrado no Brasil aqui nesta instituição; muito disso,,, , eu poderia dizer.

(final da exposição)